



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**- E M E R J -**  
**PROVA DE SELEÇÃO - CP I - 2º SEMESTRE/2013**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA**  
**MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**15 DE JUNHO DE 2013**

**I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

**Disserte em até 20 linhas sobre o seguinte tema:**

Precedentes, no Brasil ou em outros países, de controle de constitucionalidade de leis pelo Parlamento ou órgão equivalente.

**2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

**Disserte em até 20 linhas sobre o seguinte tema:**

Cabimento da modulação de efeitos na arguição de inconstitucionalidade decorrente do disposto no art. 97 da Constituição: *“Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.”*

**II - DIREITO CIVIL**

**1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

O Condomínio do Edifício Mar ajuíza ação de reintegração de posse de área comum que está sendo utilizada pela unidade autônoma 105, com exclusividade. Argumenta que a área é comum, conforme descrita na convenção condominial, devidamente registrada no RGI, e que houve esbulho possessório por parte do proprietário da unidade indicada, na medida em que notificado regularmente, não desocupou a referida área no prazo estipulado.

Citado, o proprietário réu argumenta que houve autorização do incorporador para a utilização da área comum, com a finalidade de preservação da privacidade, mediante cláusula inserida no memorial de incorporação, devidamente registrado no RGI, antes da aquisição da unidade por parte do réu.

Resolva a questão, levando em consideração que todos os argumentos antes explanados foram comprovados nos autos (não é necessário forma de sentença).

**(máximo de 20 linhas)**

## **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Ariovaldo é proprietário do imóvel nº 48, da rua Y, construído há aproximadamente quarenta anos. O referido imóvel é composto de garagem no pavimento térreo e apartamento no segundo piso (sobrado). Ariovaldo obteve do antigo proprietário do imóvel lindeiro (nº 46 da rua Y), autorização para abertura de vãos para iluminação e arejamento (janelas) em seu imóvel, na parede confrontante, exatamente sobre a linha divisória dos imóveis.

Ocorre que Roberval, atual proprietário do imóvel lindeiro, após a aquisição, inicia obras de ampliação de seu imóvel, com a construção de um segundo pavimento e telhado (este imóvel originariamente era uma casa de pavimento único). Esta obra, construída exatamente na linha divisória existente entre os dois imóveis, terá como consequência a vedação dos vãos e janelas construídos anteriormente por Ariovaldo.

Ariovaldo pretende paralisar a obra do imóvel lindeiro, cujo proprietário é Roberval, bem como obrigá-lo a recuar a construção, passando a observar a distância prevista em lei relativamente à linha divisória dos dois imóveis, com a finalidade de não prejudicar a iluminação e arejamento de seu próprio imóvel.

As assertivas fáticas de ambas as partes são verídicas.

**Pergunta-se:** A pretensão de Ariovaldo merece deferimento? (Responda justificadamente - não é necessário forma de sentença)

**(máximo de 20 linhas)**

## **III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Paula ajuizou demanda indenizatória em face de Transportes União Ltda., alegando ter sofrido danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito ocorrido enquanto viajava em um ônibus pertencente à ré. Postulou, então, a reparação desses danos.

A ré, em sua defesa, alega não ser responsável pelos danos, já que o acidente teria sido provocado por fato exclusivo da vítima, a qual teria agredido o motorista com o ônibus em movimento. Pretende a ré, porém, trazer para a relação processual sua seguradora, a fim de se proteger contra os efeitos de uma eventual condenação.

**Pergunta-se:** qual o meio processual adequado para que a ré provoque, nesse caso, a vinda da seguradora para a relação processual? Justifique sua resposta.

**(máximo de 20 linhas)**

### **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

É admissível o julgamento antecipado da lide sempre que o réu é revel? Justifique sua resposta.

**(máximo de 20 linhas)**

### **3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

O que se entende por eficácia preclusiva da coisa julgada?

**(máximo de 20 linhas)**

### **IV - DIREITO EMPRESARIAL**

#### **1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Companhia Altamira de Papel e Celulose, em liquidação, através de deliberação de sua assembleia geral, aprovou a atribuição dos bens remanescentes do ativo aos acionistas pelo valor contábil, haja vista já terem sido pagos os credores e, garantidos por consignação, aqueles que não se apresentaram à convocação do liquidante.

A deliberação teve como único opositor o acionista Ouragan Participações Ltda., titular de 7% ( sete por cento ) das ações, todas preferenciais sem direito a voto.

**Pergunta-se:**

- a) Foi abusivo o voto de Ouragan Participações Ltda., considerando-se sua condição de acionista preferencial, com infração à limitação contida no parágrafo único do art. 125 da Lei nº 6.404/76? Justifique com amparo legal.
- b) A aprovação da matéria indicada no enunciado, por atribuir valor diverso do de avaliação aos bens do ativo remanescente, é anulável? Justifique com amparo legal.

**(máximo de 20 linhas)**

#### **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Quais os requisitos legais que o desenho industrial deve atender para ser registrado no INPI? Justifique com amparo legal.

**(máximo de 20 linhas)**

### **V - DIREITO PENAL**

#### **1ª QUESTÃO (10 PONTOS)**

- a) Que são crimes qualificados pelo resultado?
- b) Examine a seguinte situação:  
“ Na passagem de ano, Luciano promoveu a venda de 260 ingressos para o evento “*Réveillon em alto Mar*”, a bordo de seu navio de passeio *Rouxinol*, o qual estava licenciado pela Capitania dos Portos para uma lotação de apenas 206 passageiros.

Na saída da barra, devido ao mau tempo, o navio adernou e acabou afundando.

Morreram 18 passageiros, devido à superlotação da embarcação, não havendo suficientes salva-vidas”.

Capitule a conduta ou condutas atribuível (veis) a Luciano.

**(máximo de 20 linhas)**

## 2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

- a) O que se entende por teoria da *actio libera in causa*?
- b) Em que casos se aplica a mesma?

(máximo de 20 linhas )

## 3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

“*Aberratio ictus*”, ou erro na execução, desvio do golpe, ou aberração no ataque, ocorre quando o agente, por inabilidade ou acidente, acerta não a vítima visada, mas outra que se encontrava próxima àquela.

**Esclareça:**

- a) Em que se distingue este erro, do erro sobre a pessoa?
- b) Se o agente, tomado por propósito homicida, deseja matar Amora, sua esposa, por motivo fútil, mas atinge Zara, uma amiga que está a seu lado, matando esta - como será tipificada esta situação?
- c) E se apenas atinge Zara de raspão?
- d) E se atinge a ambas, vindo as duas a falecer?
- e) E se atinge de raspão Amora, mas mata Zara?

(máximo de 20 linhas )

## VI - DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

O Ministério Público denunciou José, imputando-lhe a realização da conduta tipificada no art. 155, *caput*, do Código Penal, porque, na manhã do dia 15 de agosto de 2012, teria subtraído, sem violência ou grave ameaça, diversos livros de propriedade de Maria.

Durante a instrução, constatou-se que Maria, em estado de erro provocado por José, entregou seus preciosos livros voluntariamente. Interrogado, José confessou que enganou Maria para obter os livros.

Em alegações finais, o Ministério Público pugnou pela condenação do réu no crime de estelionato, em razão da aplicação do artigo 383, *caput*, do Código de Processo Penal (*emendatio libelli*). A defesa, por sua vez, sustentou o fenômeno da inexigibilidade de conduta diversa.

Os autos foram ao juiz que, na fundamentação da sentença, demonstrou haver provas da existência do crime de estelionato e de que o réu era seu autor. No dispositivo, consignou que julgava procedente, em parte, a pretensão punitiva e, por isso, condenava o réu pela prática do crime tipificado no artigo 171 do diploma penal.

As partes tomaram ciência do “decisum”, mas só o réu recorreu, pleiteando sua absolvição.

**Pergunta-se:** agiu bem o magistrado de primeiro grau? Qual o princípio aplicado à questão? A resposta, qualquer que seja, deverá ser fundamentada em no **máximo 15 linhas**.

## 2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

José está preso preventivamente há um ano e oito meses por violação ao artigo 155, *caput*, do Código Penal. Sabe-se, através de relatório da polícia civil, que o mesmo é um perigoso facínora, responsável por estupros e assassinatos na comarca em que reside.

A Defensoria Pública apresenta requerimento confuso pleiteando a liberdade de José. O *parquet* manifestou-se pelo indeferimento do pedido em razão da necessidade da prisão para a garantia da ordem pública.

O feito está paralisado, uma vez que nenhuma das testemunhas arroladas pelo Ministério Público foi localizada, possivelmente por estarem com medo do acautelado.

Você, como juiz, o que decidiria? A resposta, qualquer que seja, deverá ser fundamentada em no **máximo dez linhas**.

## 3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

José praticou o crime de homicídio qualificado contra a sua esposa, filha de um conhecido ator de novelas. Os meios de comunicação de massa passaram a abordar esse acontecimento, o que provocou grandes manifestações populares.

O clamor público autoriza a prisão preventiva? A resposta, qualquer que seja, deverá ser fundamentada em no **máximo quinze linhas**.

## VII - DIREITO DO CONSUMIDOR

### QUESTÃO ÚNICA (10 PONTOS)

Ariane ajuizou ação em face de SUPERMERCADOS DOBOMBOM Ltda. e do LATICÍNIO BOM LEITE Ltda, argumentando que teve sério problema de saúde decorrente do consumo de leite adquirido em estabelecimento do primeiro RÉU e produzido pelo segundo RÉU. A AUTORA apresenta prova robusta dos fatos, inclusive exames laboratoriais e atestados médicos.

#### **Pergunta-se:**

É possível, na hipótese, a responsabilização do primeiro RÉU, SUPERMERCADOS DOBOMBOM Ltda.? Em caso positivo, seria hipótese de responsabilidade civil objetiva ou subjetiva? Fundamente.

**(máximo de 20 linhas)**

## **VIII – LÍNGUA PORTUGUESA - REDAÇÃO : ( 40 PONTOS )**

### ***Considerações sobre a dignidade da pessoa humana***

*A dignidade da pessoa humana está consagrada no artigo 1º,III, da Constituição Federal como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, tida como valor supremo. Ela é considerada um atributo inerente a todo ser humano, uma qualidade própria, e não um direito conferido exclusivamente pelo ordenamento jurídico.*

*Justamente por ser atributo inerente a toda pessoa humana, a dignidade não comporta gradações, de forma que uma pessoa não tem mais ou menos dignidade do que outra, não há hierarquia quanto à dignidade. Pelo simples fato de ser humana a pessoa merece o respeito à sua dignidade, seja qual for sua raça, cor, condição social, opção sexual, idade, etc.*

*(...)*

*A consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento constitucional brasileiro gera consequências jurídicas tais quais o dever de respeito, de proteção e de promoção.*

*(...)*

*A dignidade da pessoa humana, como fundamento consagrado na Carta Magna, tem importância incomensurável no atual cenário do direito brasileiro, aplicando-se tanto nas relações entre particulares quanto nas relações entre Estado e particulares. A noção de dignidade humana deve ser concebida de forma ampla, abrangendo os mais diversos aspectos da vida humana.*

***(Roberta Raphaelli Pioli. In: [www.ultimainstancia.uol.com.br](http://www.ultimainstancia.uol.com.br))***

Construa um texto dissertativo, **entre 25 e 30 linhas**, obrigatoriamente, em que se discuta, com base na dignidade da pessoa humana, o papel do Estado em relação ao dever de respeito, de proteção e de promoção.

**BOA SORTE !!!**